



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL Nº 61/2022, DE 05 DE OUTUBRO DE 2022

**2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2022 PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO
RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR DE CURSOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA E
JURÍDICA**

A Procuradoria da República no Estado do Paraná torna públicas as provas com os gabaritos das questões objetivas, do 2º processo seletivo para estagiários dos cursos de graduação de Direito, Administração, Engenharia Civil e pós-graduação de Direito, realizado em 04 de outubro de 2022.

Curitiba, data da assinatura.

Paula Cristina Conti Thá
Procuradora-Chefe Substituta



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público Unificado de 2022 para formação de cadastro
reserva de estagiários de nível superior do curso de

Administração

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas

1- Correlacione corretamente as Teorias Administrativas com suas respectivas características:

- I. Teoria de Sistemas
- II. Teoria Clássica
- III. Teoria das Relações Humanas
- IV. Teoria Estruturalista
- V. Teoria Behaviorista

() teoria criada por Karl Ludwig Von Bertalanffy, um biólogo suíço.

() caracteriza-se pela ênfase na estrutura organizacional da visão do “homem econômico” e pela busca da máxima eficiência organizacional.

() teoria que busca conhecer as atividades e sentimentos dos trabalhadores e estudar a formação de grupos.

() mostra a organização como sendo um sistema aberto que se relaciona com o ambiente e com outras organizações.

() traz a abordagem das ciências do comportamento.

Assinale a alternativa com a sequência correta, no sentido de cima para baixo.

- a) I, II, III, IV e V
- b) II, I, V, IV e III
- c) III, I, II, V e IV
- d) IV, V, III, II e I

2 - Analise as alternativas abaixo e marque a opção que contém uma característica considerada como disfunção da Burocracia:

- a) Rapidez nas decisões, pois, cada um conhece o que deve ser feito.
- b) Impessoalidade no relacionamento entre os funcionários, pois enfatiza os cargos e não as pessoas que os ocupam.
- c) As ações e procedimentos são feitos por escrito.
- d) Uniformidade de rotinas e procedimentos.

3 - Considere as afirmações abaixo sobre as escolas da Administração.

I - Para Taylor, a organização e a Administração devem ser estudadas e tratadas cientificamente para possibilitar a execução dos trabalhos com máxima produção a mínimo custo.

II- A Teoria Contingencial da administração é fundamentada na premissa de que as situações são relativas e dependentes de fatores internos e externos de alta volatilidade.

III -Para Max Weber, a burocracia é uma forma de organização que se baseia na racionalidade, isto é, na adequação dos meios aos objetivos (fins) pretendidos, a fim de garantir a máxima eficiência possível no alcance dos objetivos.

IV - Dentre os princípios de administração abordados por Fayol, destacam-se: divisão do trabalho, disciplina, interesse individual, importância na descentralização e a existência da dualidade de comando.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) I, II, III e IV.

4 - Sobre o fenômeno da MOTIVAÇÃO no ser humano, diversos estudiosos, entre eles Abraham Maslow, desenvolveram teorias buscando sua explicação. Identifique a alternativa abaixo que traz um conceito criado por Maslow:

- a) A organização das necessidades humanas segue uma hierarquia a ser atendida, começando pelas fisiológicas e culminando com as ligadas à autorrealização.
- b) Maslow foi responsável por desenvolver a teoria motivacional, conhecida como a teoria dos dois fatores: Fatores Higiênicos e Fatores Motivacionais.
- c) Abraham Maslow trouxe a ideia de que existem duas “maneiras” de se ver as pessoas. Essas visões seriam contrárias (antagônicas): uma seria mais positiva, a teoria Y e outra seria negativa, a teoria X.

d) A teoria da hierarquia das necessidades, preconiza que os indivíduos se comportam no sentido de suprir as suas necessidades mais imediatas, que estão priorizadas na seguinte escala: fisiológicas, sociais, segurança, estima e autorrealização.

5 - Gestão de Processos é um conjunto de práticas que visam o aperfeiçoamento contínuo dos processos organizacionais de uma empresa ou instituição.

Sobre Gestão de Processos, assinale a alternativa INCORRETA.

a) Na gestão de processos, a técnica de representação gráfica destinada a identificar as rotinas e seus responsáveis é o Organograma.

b) O BPM - Business Process Modeling and Notation é uma técnica de mapeamento de processo que representa uma notação gráfica para expressar os processos de negócio em forma de fluxograma.

c) Na metodologia BPM, o Fluxo de Sequência é usado para mostrar a ordem em que as atividades serão executadas.

d) A etapa da gestão de processos de negócio em que ocorrem o mapeamento e diagramação e se identificam o fluxo de trabalho, os pontos críticos, os insumos, e os produtos e serviços é a etapa de modelagem.

6 - Em relação à gestão da qualidade e as ferramentas disponíveis, indique a alternativa que traz um conceito INCORRETO dentro desse assunto.

a) A ferramenta que permite colocar as tarefas em formato visual usando cartões e colunas, melhorando o gerenciamento de fluxos de trabalho e cargas de trabalho é o Kanban.

b) A Matriz SWOT auxilia as organizações a identificar forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças relacionadas aos negócios ou projetos.

c) A ferramenta que permite uma correta política de estoque resultando em um mínimo de estoque, mas, que não comprometa o regular funcionamento das atividades da organização é a curva ABC.

d) Reengenharia é a reestruturação radical dos processos empresariais que visam alcançar drásticas melhorias em indicadores críticos de desempenho.

7 - Com relação a comportamento, clima e cultura organizacional, julgue os itens a seguir como verdadeiros (V) ou falsos (F) e indique a alternativa que representa a sequência correta.

() Clima organizacional é definido como o conjunto de hábitos que vêm sendo repetidos pelos colaboradores da organização ao longo dos anos.

() Cultura organizacional é o conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho percebido por quem trabalha nesse ambiente.

() Clima Organizacional é o conjunto de normas, valores e comportamentos que regem uma organização.

a) V F V

b) F V V

c) V V V

d) F F F

8 - Recrutamento é o conjunto de técnicas e procedimentos com objetivo de atrair candidatos com qualificação para ocupação de cargos em uma organização. Em relação aos tipos de recrutamento, marque a alternativa correta:

a) Uma vantagem do recrutamento interno é motivar o desenvolvimento profissional dos atuais funcionários.

b) O recrutamento interno atrai novas ideias, expectativas e experiências para a empresa.

c) O recrutamento externo aproveita melhor o potencial humano da organização.

d) O recrutamento interno promove a alteração da cultura organizacional.

9 - Missão, Visão e Valores são elementos essenciais para a estruturação de planejamento estratégico da organização, constituindo a base para a empresa atingir objetivos e metas e elevar o crescimento organizacional. Sobre esses

elementos, indique a alternativa INCORRETA:

- a) Visão é o conceito que diz respeito ao futuro que se deseja para a organização.
- b) Missão, Visão e Valores são as partes de uma das mais importantes ferramentas de gestão que as empresas podem usar para definir a sua estratégia de negócio.
- c) Os valores organizacionais são crenças e atitudes importantes para se aplicar ao negócio.
- d) Visão é razão de ser da organização, visa representar o propósito do negócio.

10 - Acerca do planejamento dentro das organizações, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

- a) O planejamento operacional é desenvolvido pelo nível intermediário com ênfase nas unidades ou departamentos da organização, para alcance no médio prazo.
- b) O planejamento tático é focado para o curto prazo e abrange as atividades do dia a dia da organização, assegurando a execução das tarefas de acordo com os procedimentos estabelecidos.
- c) O processo de planejamento estratégico de uma organização é um processo informal, elaborado por diferentes e complementares técnicas administrativas e conta com o total envolvimento das pessoas da organização.
- d) O planejamento estratégico trata de decisões e ações globais e amplas e, para a sua correta realização, ele precisa ser adequadamente detalhado e desdobrado.

11 - O gestor, independente do tamanho de sua organização, precisa desempenhar quatro funções administrativas que constituem o processo administrativo e são essenciais para que a empresa possa ganhar eficiência.

São elas, na correta ordem:

- a) planejamento, direção, controle e organização.
- b) planejamento, organização, direção e controle.

c) organização, planejamento, direção e controle.

e) controle, direção, organização e planejamento.

12 - Dentre as alternativas abaixo selecione o método de avaliação de desempenho que tem como característica indicar, em um conjunto de frases descritivas dispostas em blocos, a que melhor representa o desempenho do funcionário e a que menos o representa.

- a) escolha forçada;
- b) avaliação 360°;
- c) avaliação por objetivos;
- d) escala gráfica.

13 - A gestão por competência se utiliza de um conceito chamado CHA (Conhecimento, Habilidade e Atitude). Essas habilidades se encontram divididas em Competências Técnicas e Competências Comportamentais. Marque a alternativa que indica uma Competência Comportamental:

- a) cursos e idiomas;
- b) inteligência emocional;
- c) experiência na função;
- d) conhecimento em sistemas e programação.

14 - Com relação a estilos de liderança, identifique a alternativa CORRETA entre os itens abaixo:

- a) Os estilos autocráticos e democráticos são usados para conceituar dois estilos básicos de liderança cujas disfunções são, respectivamente, a tirania e a demagogia.
- b) O modelo de gestão situacional é caracterizado pela centralização das decisões organizacionais nas chefias e os colaboradores estão sujeitos a regras definidas.
- c) No modelo de gestão técnica busca-se identificar, valorizar e potencializar as competências individuais e coletivas dos colaboradores.

d) Na liderança democrática, o líder conta com a capacidade de autogestão da equipe, atuando apenas como um direcionador.

15 - Considerando a classificação ABC de materiais, julgue os itens a seguir, indicando a alternativa INCORRETA:

a) Segundo a curva ABC, também conhecida como 80-20, cerca de 80% dos produtos representam 20% do faturamento total da organização.

b) O estoque é um dos setores que mais aproveita a curva ABC para a tomada de decisões.

c) A classificação ABC utiliza critérios de perecibilidade para priorizar o tratamento dos materiais em uma organização.

d) Essa metodologia de classificação é baseada na Teoria de Pareto, que diz que 80% dos resultados provêm de 20% das causas.

16 - Julgue os itens que se seguem, acerca da administração financeira e orçamentária pública brasileira, indicando a alternativa correta.

a) Os créditos adicionais suplementares têm a finalidade de reforçar programas com dotação orçamentária existente.

b) Os créditos adicionais são autorizações de despesas previstas na Lei Orçamentária ou que não foram previstas de forma insuficiente.

c) Os Restos a Pagar são despesas que não foram empenhadas e que não foram pagas ou canceladas até o fim do exercício.

d) Destaques são descentralizações internas de créditos orçamentários que ocorrem entre setores de um mesmo Órgão.

17 - Analise se as afirmativas abaixo referentes ao sistema orçamentário são verdadeiras (V) ou falsas (F):

() O Plano Plurianual (PPA) define diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um prazo de quatro anos para as despesas de capital e

outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

() A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelece as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.

() A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, uma lei que estima as receitas e fixa as despesas públicas para o período de um exercício financeiro.

A sequência correta é:

a) F, V, F

b) V, V, V

c) V, F, V

d) V, V, F

18 - De acordo com a Lei nº 8.666/93, indique qual modalidade de licitação é destinada exclusivamente à aquisição ou à contratação de bens e serviços comuns de qualquer valor estimado.

a) concorrência.

b) concurso.

c) pregão.

d) leilão.

19 - De acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93 de licitação e contratos, a critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório da licitação, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

As modalidades de garantia permitidas legalmente estão previstas abaixo, EXCETO:

a) Fiança bancária.

b) Caução em dinheiro.

c) Seguro garantia.

d) Garantia fidejussória.

20 - A Lei 8.666/93 dispõe sobre regras a serem observadas com relação a licitação e contratos da Administração Pública. Com relação a esse tema, assinale a opção CORRETA.

- a) A Administração Pública é sempre a responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- b) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- c) A licitação poderá ser realizada sem a previsão de recurso financeiro disponível para a respectiva liquidação.
- d) O instrumento de contrato não é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nos casos de licitação dispensada.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público Unificado de 2022 para formação de cadastro
reserva de estagiários de nível superior do curso de

Engenharia Civil

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas



1		6		11		16		21		26		31		36	
2		7		12		17		22		27		32		37	
3		8		13		18		23		28		33		38	
4		9		14		19		24		29		34		39	
5		10		15		20		25		30		35		40	

1. Em uma instalação elétrica predial, o dispositivo instalado no quadro de distribuição com a função de evitar descargas elétricas acidentais para as pessoas, eventualmente provocadas por contatos diretos ou indiretos é o:

- a) Interruptor
- b) Disjuntor diferencial residual.
- c) Disjuntor termomagnético.
- d) Dispositivo protetor de surto.

2. O Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI é um sistema de pesquisa mensal que informa custos e índices da construção civil. Em 2002, o Congresso Nacional aprovou através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) a adoção do SINAPI como referência para delimitação dos custos de execução de obras públicas. Nos custos de referência indicados na tabela está incluída a parcela referente

- a) à mão de obra.
- b) à administração.
- c) ao projeto.
- d) ao licenciamento da obra.

3. No que diz respeito aos equipamentos de proteção individual (EPI), considere as afirmativas a seguir:

I - EPI são dispositivos utilizados no ambiente de trabalho com o objetivo de eliminar os riscos inerentes aos processos produtivos.

II - O EPI, de fabricação nacional ou importada, só poderá ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação - CA, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

III - O empregado pode abrir mão de seu uso, desde que esta opção esteja devidamente registrada no Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT).

Está(ão) correta(s) APENAS a(s) afirmativa(s):

- a) I

- b) II
- c) III
- d) II e III

4. Medida é um processo de comparação entre grandezas de mesma espécie, ou seja, que possuem um padrão único entre elas. Neste contexto, os instrumentos de medidas são os responsáveis por essa comparação e devem estar sempre aferidos e calibrados, de forma a se obter uma alta confiança no valor medido. Assim, relacione:

- I – Padrão
- II – Aferição
- III – Calibração

A - elemento ou instrumento de medida destinado a definir, conservar e reproduzir a unidade-base de medida de uma determinada grandeza, possuindo uma alta estabilidade com o tempo e sendo mantido em um ambiente neutro e com controle, por exemplo, de temperatura, pressão e umidade.

B – procedimento que consiste em ajustar o valor lido por um instrumento com valor padrão de mesma natureza e que apresenta caráter ativo, pois o erro, além de determinado, é corrigido.

C - procedimento de comparação entre o valor lido por um instrumento e o valor padrão apropriado de mesma natureza e que apresenta caráter passivo, pois os erros são determinados, mas não corrigidos.

Os termos e respectivas definições estão CORRETAMENTE relacionadas em:

- a) I-A, II-C, III-B
- b) I-A, II-B e III-C
- c) I-B, II-C e III-A
- d) I-C, II-B e III-A

5. Em relação a programas, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Programa AUTOCAD: pode ser utilizado para confecção de projetos de engenharia.
- () Programa REVIT: pode ser utilizado para confecção de projetos de engenharia.

- () Programa Word: pode ser utilizado para confecção de memoriais descritivos.
- () Programa Excel: pode ser utilizado para confecção de planilhas orçamentárias.

A sequência está correta em:

- a) V, V, F, V.
- b) V, V, V, F.
- c) V, F, V, F.
- d) V, V, V, V.

6. Considere as seguintes proposições relativas a comandos do CAD:

- I. FILLET é o comando que faz arredondamento em canto vivo.
- II. EXTEND é o comando que sobrepõe um objeto em outro.
- III. TRIM é o comando que corta objetos onde há eixos de corte.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

7. No AutoCAD, qual o comando (em inglês) tem a função de remover linhas duplicadas ou sobrepostas, arcos e polilinhas, além de combinar linhas parcialmente sobrepostas ou contíguas?

- a) Appload
- b) Overkill
- c) Background
- d) Vports

8. Um desenhista trabalhando no projeto com o AutoCAD executou o desenho no espaço do modelo (Model) utilizando o metro como unidade do desenho. Para imprimi-lo diretamente a partir da aba do modelo, utilizou como parâmetros de escala a identidade "1 mm = 0,5 units". Dessa forma, a escala da impressão foi:

- a) 1:20
- b) 1:50
- c) 1:200
- d) 1:500

9. Nos projetos de engenharia, comumente utilizamos como uma das ferramentas o CAD (computer aided design). Com relação ao programa AutoCAD, assinale a opção CORRETA.

a) A sequência Insert Block permite inserir blocos de desenho independentemente de eles terem sido criados no arquivo no qual se está trabalhando.

b) Ao se acionar o comando fillet, especificar, para ele, o raio zero (0.0) e, em seguida, clicar em duas linhas geradas pelo comando line, essas linhas serão convertidas em polyline, passando a constituir uma única entidade geométrica.

c) A partir de um desenho específico de um arquivo do AutoCAD é possível criar um bloco que possa ser utilizado em outro arquivo. Para isso, é suficiente digitar o comando bmake e, em seguida, escolher seus atributos, tais como ponto de inserção e escalas das coordenadas (x, y, z).

d) Para cada elemento de determinado projeto, ao se definir atributos de layer, é necessário definir um valor de cor que seja diferente de todos os demais.

10. No programa gráfico AutoCAD, para a execução do layout de um ambiente de escritório onde se pretende copiar o desenho de uma estação de trabalho e distribuir as cópias em múltiplas linhas e colunas por toda a área de um andar tipo, o comando mais eficiente é

- a) layer
- b) copy
- c) array
- d) layout

11. A iluminação de ambientes de acesso comum, como escadarias de edifícios, corredores e halls de apartamentos, não precisa ser constante uma vez que a circulação de pessoas é reduzida em

determinados horários. Sobre os dispositivos de iluminação, considere:

- I. O interruptor de minuteria é um dispositivo de comando de iluminação que necessita da ação humana para ligar e desligar.
- II. O tipo de dispositivo que possibilita programar, ligar e desligar automaticamente circuitos elétricos em tempos predeterminados é conhecido por interruptor horário.
- III. O interruptor automático por presença capta, através de um sensor infravermelho, a radiação de calor de pessoas, animais etc.
- IV. O tempo de iluminação após o acionamento humano pode ser previamente regulado utilizando-se um interruptor do tipo minuteria.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

12. Na elaboração do orçamento de uma obra devem ser considerados os custos diretos e indiretos. Entre os custos diretos estão o custo dos insumos, da mão de obra e dos equipamentos utilizados. Entre os custos indiretos, é usual a adoção de uma taxa conhecida por BDI, cujo cálculo depende de uma série de variáveis, como o tipo da obra, o valor do contrato, o prazo de execução e o local da obra. Considere os itens a seguir:

- I. administração central da construtora.
- II. administração local da obra.
- III. encargos sociais da mão de obra.
- IV. custos financeiros da obra.
- V. instalação do canteiro de obra.

Devem ser considerados para a determinação do BDI os itens:

- a) I e IV, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) II, III e V, apenas.

d) I, II, III, IV e V.

13. O Projeto Básico caracteriza-se pelo conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para distinguir a obra ou serviço, ou o complexo de obras ou serviços, objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento. O Projeto Básico deve possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, entre outros elementos. NÃO fazem parte do Projeto Básico:

- a) Soluções técnicas suficientemente detalhadas necessárias à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- b) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações, que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
- c) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução.
- d) Orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

14. A principal finalidade dos sistemas de segurança contra incêndios em edificações é minimizar o risco à vida das pessoas expostas ao sinistro. As medidas de proteção contra incêndio em edificações são classificadas em passivas, incorporadas à construção do edifício e que independem de ações externas, ou ativas, complementares aos sistemas de proteção passiva e que somente entram em ação quando da ocorrência de incêndio. Um exemplo de proteção ativa contra incêndio é a

- a) compartimentação de ambientes.

- b) utilização de portas corta-fogo.
- c) utilização de chuveiros automáticos.
- d) exaustão natural ou mecânica.

15. Para que seja possível a avaliação do desempenho na construção civil, é necessário que a construtora ou empreendedora execute os trabalhos utilizando processos sistemáticos, ou seja, que os trabalhos sejam desenvolvidos de acordo com uma metodologia. O desempenho, ou produtividade, é diretamente influenciado por diversos fatores. Entre estes fatores que podem influenciar a produtividade em uma obra de construção civil, **NÃO se incluem**

- a) os custos dos principais insumos.
- b) a capacitação e o treinamento da mão de obra.
- c) as estruturas organizacionais da empresa.
- d) os processos de produção.

16. As patologias dos revestimentos de fachadas apresentam-se de diversas formas, acarretando perda de desempenho relacionada aos aspectos estéticos, de proteção e de isolamento térmico e acústico para os quais o revestimento foi projetado. Anomalias frequentemente encontradas em obras são as eflorescências, que consistem em manchas brancas na superfície do revestimento. Quando esta patologia é identificada em revestimentos cerâmicos uma causa provável para o seu surgimento é

- a) a ausência de juntas.
- b) a execução de juntas muito estreitas.
- c) a presença de umidade no substrato.
- d) o descolamento das placas.

17. No laudo de avaliação de um imóvel, o avaliador, para a definição do valor do bem, considerou a depreciação. Esta depreciação, no laudo, foi descrita como sendo ocasionada pelo desgaste das partes constitutivas, em consequência de seu envelhecimento natural, em condições normais de utilização e manutenção. **Este desgaste denomina-se**

- a) decrepitude.
- b) obsolescência.
- c) deterioração.
- d) servidão.

18. Na manutenção de edifícios, uma das patologias mais comuns é a fissura. Após a identificação da origem da fissuração, é necessário adotar técnicas para conter a sua propagação, principalmente com relação à atividade do defeito e à necessidade de se executar reforços estruturais, sendo que a solução depende ainda da profundidade da fissura. Durante vistoria em uma edificação, o engenheiro responsável identificou fissuras com abertura superior a 0,1 mm, para as quais especificou o preenchimento com resina epoxídica por meio da técnica de

- a) polimerização.
- b) injeção.
- c) selagem.
- d) groutamento.

19. A organização do sistema de manutenção deve ser de acordo com a intervenção a ser realizada e levar em consideração as características das edificações, tais como tipo de uso; tamanho e complexidade funcional; número e dispersão topográfica e relações especiais de vizinhança e implicações de entorno. Pode-se citar, entre os tipos necessários, a manutenção

- a) preditiva, que é a atuação realizada com base em modificação de parâmetro de condição ou desempenho, cujo o acompanhamento obedece a uma sistemática.
- b) corretiva, que é a manutenção necessária em função de dano ou avarias que pode provocar a inutilização ou interdição do imóvel.
- c) preventiva, que é a atuação efetuada em sistemas de proteção buscando detectar falhas ocultas ou não perceptíveis ao pessoal de operação e manutenção.

d) emergencial, que é a forma mais óbvia e primária de manutenção, pode sintetizar-se pelo ciclo “quebra repara”, ou seja, o reparo dos bens após a avaria.

20. As estacas, elementos de fundação profunda, podem ser classificadas, de acordo com a metodologia de execução, em pré-moldadas ou moldadas in loco, ou de acordo com o mecanismo de transmissão de cargas ao solo. Uma estaca classificada como flutuante tem como principal característica a transmissão de cargas

- a) por atrito lateral, apenas.
- b) por tração ou atrito negativo.
- c) por resistência de ponta, apenas.
- d) por atrito lateral e resistência de ponta.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público Unificado de 2022 para formação de cadastro
reserva de estagiários de nível superior de

Graduação em Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas e Dissertativa



1		6		11		16		21		26		31		36	
2		7		12		17		22		27		32		37	
3		8		13		18		23		28		33		38	
4		9		14		19		24		29		34		39	
5		10		15		20		25		30		35		40	

GRUPO I
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO
ADMINISTRATIVO

1. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, de acordo com a posição do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) A noção de igualdade se encerra em sua dimensão formal, de igualdade perante a lei;
- b) O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica;
- c) As políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa são permanentes;
- d) A interrupção da gestação do feto anencéfalo consubstancia aborto, sendo vedada pela Constituição.

2. A respeito da interpretação das normas constitucionais, na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cabe ao intérprete conciliar as normas constitucionais cujas fronteiras não se mostram nítidas à primeira vista, assegurando a mais ampla efetividade à totalidade normativa da Constituição, sem que qualquer de seus vetores seja relegado ao vazio, desprovido de eficácia normativa;
- b) Somente quando a tentativa de definição dos limites próprios a cada norma fundamental se mostrar infrutífera, já que sobrepostos os respectivos âmbitos de proteção, cabe ao intérprete fazer o uso da técnica da ponderação de valores, instrumentalizada a partir do manuseio do postulado da proporcionalidade, a fim de operar concessões recíprocas, tanto quanto se faça necessário, entre os enunciados normativos em jogo, resguardado, sempre, o núcleo essencial de cada direito fundamental;
- c) Por não ser lícita a ablação da eficácia, em abstrato, das normas constitucionais, o resultado do método ponderativo há de ser o estabelecimento de uma relação de precedência condicionada entre os princípios em jogo, identificando-se o peso prevalente de uma das normas com o devido

balizamento por parâmetros (standards) interpretativos que reduzam a arbitrariedade e estimulem a controlabilidade intersubjetiva do processo decisório;

- d) As regras jurídicas não se submetem a um raciocínio ponderativo.

3. Considere o seguinte a respeito do Ministério Público:

I - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas dentre suas funções institucionais não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei;

II - O Ministério Público abrange o Ministério Público da União (que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e os Ministérios Públicos dos Estados;

III - A iniciativa de lei complementar que estabeleça a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público é de atribuição exclusiva dos respectivos Chefes do Poder Executivo;

IV - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) II e IV;
- b) I e III;
- c) III e IV;
- d) I, II e IV.

4. São bens da União:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- b) Os recursos minerais, exceto os do subsolo;
- c) As ilhas costeiras que contenham a sede de Municípios;

d) As terras devolutas.

5. Indique a alternativa correta no que toca às ações constitucionais, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal:

a) O *habeas corpus* é meio processual destinado à proteção do direito de ir e vir ameaçado por ilegalidade ou abuso de poder;

b) Para o cabimento de ação popular, é exigível a menção na exordial e a prova de prejuízo material aos cofres públicos;

c) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança;

d) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

6. NÃO é correto afirmar em relação ao Poder Judiciário:

a) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte;

b) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim;

c) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário;

d) Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.;

7. Quanto às mudanças na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) inseridas pela Lei nº 14.230/2021, de acordo com a posição do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei;

b) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se a presença do elemento subjetivo – dolo - apenas nos artigos 9º e 11 da LIA;

c) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, mesmo com condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do tipo culposo;

d) A norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa - é retroativa, tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, bem como durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

8. É INCORRETO afirmar em relação à Lei nº 9.784/99 (Processo Administrativo Federal):

a) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, dentre outras hipóteses, neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

b) Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação;

c) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito;

d) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

9. Considere o seguinte no que pertine à Administração Pública, aos agentes públicos e aos poderes administrativos:

I - A autorização legislativa para criação de sociedade de economia mista pode ser dada por lei genérica;

II – De acordo com o entendimento do Supremo

Tribunal Federal, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada;

III - É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal;

IV - Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) I, III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todos estão corretos.

GRUPO II

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

10. NÃO é correto afirmar em relação à Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional):

- a) A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal;
- b) Equipara-se à instituição financeira a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas no art. 1º da lei, ainda que de forma eventual;
- c) De acordo com a posição do Superior Tribunal de Justiça, o gerente de agência bancária não pode ser

autor do crime previsto no art. 4º da Lei n. 7.492/86 (gestão fraudulenta de instituição financeira);

d) O crime de evasão de divisas se configura com a omissão da comunicação legalmente imposta, ao Banco Central, de patrimônio no exterior, no dia 31 de dezembro do ano-base, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

11. Pode-se afirmar no tocante ao concurso de crimes:

- a) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido;
- b) No concurso de crimes, aplica-se somente uma das multas, com aumento de um sexto até metade (sistema da exasperação);
- c) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços;
- d) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

12. Indique a assertiva correta a respeito dos crimes contra a administração pública, na linha do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O princípio da insignificância é aplicável, em regra, aos crimes contra a administração pública;
- b) O delito de corrupção passiva trata de crime formal, bastando para a sua consumação a prática de um dos verbos nucleares previstos no art. 317 do Código Penal;

c) Em razão da sua natureza material, necessária a constituição definitiva do crédito tributário para se poder iniciar a ação penal pela suposta prática do crime de descaminho ou contrabando;

d) O delito de corrupção ativa, por se tratar de crime material, imprescinde da efetiva obtenção da indevida vantagem para sua consumação.

13. É correto afirmar a respeito das causas excludentes de ilicitude:

a) Pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo;

b) O agente, nas hipóteses de exclusão de ilicitude, responderá apenas pelo excesso doloso;

c) Não se considera em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes;

d) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

14. Aponte a assertiva que expressa entendimento INCORRETO no tocante ao concurso de pessoas:

a) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado;

b) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;

c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal quando elementares do crime.

15. Assinale a assertiva que apresenta o entendimento correto sobre os crimes contra a fé pública, na visão do Superior Tribunal de Justiça:

a) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da justiça estadual;

b) Admite-se, em regra, a aplicação do princípio da insignificância ao crime de moeda falsa;

c) Para a caracterização do delito previsto no art. 297 do Código Penal (falsificação de documento público) não se exige a potencialidade lesiva do documento falsificado ou alterado.

d) Não é possível a demonstração da materialidade delitiva do crime de moeda falsa mediante a realização de laudo pericial técnico na hipótese de extravio das cédulas.

16. Indique a assertiva correta no que toca à prova no processo penal, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) É lícita a prova obtida diretamente dos dados constantes de aparelho celular, decorrentes de mensagens de textos SMS, conversas por meio de programa ou aplicativos (WhatsApp), mensagens enviadas ou recebidas por meio de correio eletrônico, decorrentes de flagrante, sem prévia autorização judicial;

b) O ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito;

c) As formalidades do art. 226 do Código de Processo Penal constituem mera recomendação e, como tal, não enseja nulidade do reconhecimento de pessoa eventual descumprimento dos requisitos formais ali previstos;

d) É indispensável a realização de perícia para identificação das vozes captadas por meio de

interceptações telefônicas.

17. Está INCORRETA a seguinte alternativa no que se refere aos prazos no processo penal:

- a) Computar-se-á no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o do vencimento;
- b) Nas ações que tratam de matéria penal ou processual penal não incidem as regras do artigo 219 do novo Código de Processo Civil, referente à contagem dos prazos em dias úteis, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, salvo nos casos previstos pelo CPP;
- d) Na esfera penal, não se aplica a contagem do prazo em dobro na hipótese de litisconsortes com advogados diferentes, prevista no art. 229 do Código de Processo Civil vigente, de acordo com a posição do Superior Tribunal de Justiça;

18. Aponte a assertiva que contém entendimento correto a respeito da ação penal:

- a) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;
- b) Não se admite ação privada nos crimes de ação pública;
- c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação não se transmitirá;
- d) O Ministério Público pode desistir da ação penal.

19. Acerca da competência no processo penal, é correto afirmar:

- a) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes

prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação;

- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima;

c) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução;

d) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, inclusive se já estiverem com sentença definitiva.

20. É INCORRETO afirmar em relação aos recursos no processo penal:

- a) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor;
- b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;
- c) Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;
- d) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.

21. Considere o seguinte quanto ao acordo de não persecução penal, na visão do Superior Tribunal de Justiça:

I – O acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP, aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei n. 13.964/2019, desde que não recebida a denúncia;

II – O acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código Penal, implementado pela Lei n. 13.964/2019, indica a possibilidade de realização de negócio jurídico pré-processual entre a acusação e o investigado;

III - O acordo de não persecução penal - ANPP não constitui direito subjetivo do investigado, assim pode ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto, quando considerado necessário e suficiente para reprovar e prevenir infrações penais;

IV – Não cabe ao Poder Judiciário determinar ao Ministério Público que oferte o acordo de não persecução penal.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) Todos estão corretos;
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.

GRUPO 3

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

22. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O membro do Ministério Público será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo Ministério Público implicará na intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.
- c) Ao membro do Ministério Público o CPC assegura a prerrogativa de intimação pessoal, razão pela qual não poderá ser intimado por meio eletrônico, salvo em hipóteses urgentes.
- d) O rol de hipóteses de intervenção do Ministério Público, previsto no CPC, é exaustivo.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- b) Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir da distribuição da petição inicial.
- c) A decretação de nulidade decorrente da não participação do Ministério Público será feita de ofício pelo juiz, independentemente da intimação do próprio Ministério Público para se manifestar sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) O CPC admite a intimação eletrônica, mas não a citação eletrônica, que será sempre feita por mandado, hora certa, correio ou edital.
- b) Pedido alternativo é aquele feito com indicação de ordem de prioridade, a fim de que o juiz conheça do posterior quando não acolher o anterior.
- c) O CPC não admite a formulação de pedido genérico.
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

25. Assinale a alternativa que NÃO contém hipótese de inépcia da petição inicial:

- a) Petição inicial sem pedido ou causa de pedir.
- b) Petição inicial liminarmente julgada improcedente.
- c) Petição inicial com pedidos incompatíveis entre si.
- d) Petição inicial em que da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que julgar improcedente pedido apresentado pelo Ministério Público.
- b) Haverá resolução do mérito quando o juiz homologar, por sentença, a transação.
- c) Desde o momento em que protocolada a petição inicial, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) A condição juridicamente impossível, seja suspensiva ou resolutiva, invalida os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- b) As condições contraditórias invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- c) O silêncio é irrelevante jurídico, não podendo implicar em anuência na celebração de um negócio jurídico.
- d) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o instrumento contratual.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil não define o que é ato ilícito, atribuindo essa incumbência à legislação especial e aos usos e costumes.
- b) As diferenças entre os institutos da prescrição e da decadência são meramente teóricos e filosóficos, recebendo idêntico tratamento prático pelo Código Civil.
- c) Não corre a prescrição entre condôminos, durante a constância da relação condominial.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, sendo-lhes dado reduzi-los até a metade ou ampliá-los até o dobro do previsto em lei.
- b) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com a ocorrência do óbito, reiniciando-se integralmente a contagem contra o seu sucessor no dia seguinte à confirmação da morte.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil não admite a obrigação de reparar danos decorrentes de ato lícito.
- b) O Código Civil adota, como regra, a teoria da responsabilidade objetiva para disciplinar a obrigação pela reparação de danos.
- c) O absolutamente incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar, mas sim apenas as pessoas por ele responsáveis.
- d) O direito de exigir reparação de danos e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

RASCUNHO PROVA DISSERTATIVA

31. “A gramática dos direitos humanos, constituída a partir das Revoluções liberais do séc. 18, colocou a pessoa humana, como ente dotado de valor moral, no centro do sistema político e social. As instituições voltadas à conjugação desta gramática vêm sendo aperfeiçoadas desde então. O processo é lento e marcado por enormes frustrações. O estado de direito e o Constitucionalismo estabelecem os pilares deste sistema, o cerne de nosso processo civilizatório.” (VIEIRA, Oscar Vilhena. A gramática dos direitos humanos. B. Cient. ESMPU, Brasília, a. I – nº 4, p. 13-33 – jul./set. 2002.)

- a) A Constituição da República prevê deveres fundamentais? Exemplifique em caso afirmativo. (2,5)**
- b) É possível dizer que direitos fundamentais são apenas aqueles previstos no texto da Constituição da República? (2,5)**
- c) O que se entende por aplicação imediata dos direitos fundamentais? (2,5)**
- d) Os direitos fundamentais são absolutos? Fundamente. (2,5)**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º Processo Seletivo Público Unificado de 2022 para formação de cadastro
reserva de estagiários de nível superior de

Pós-Graduação em Direito

CADERNO DE PROVA
Questões Objetivas e Dissertativa



1		6		11		16		21		26		31		36	
2		7		12		17		22		27		32		37	
3		8		13		18		23		28		33		38	
4		9		14		19		24		29		34		39	
5		10		15		20		25		30		35		40	

GRUPO I
DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO
ADMINISTRATIVO

1. Em relação aos direitos e deveres individuais e coletivos, de acordo com a posição do Supremo Tribunal Federal, pode-se afirmar que:

- a) A noção de igualdade se encerra em sua dimensão formal, de igualdade perante a lei;
- b) O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica;
- c) As políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa são permanentes;
- d) A interrupção da gestação do feto anencéfalo consubstancia aborto, sendo vedada pela Constituição.

2. A respeito da interpretação das normas constitucionais, na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Cabe ao intérprete conciliar as normas constitucionais cujas fronteiras não se mostram nítidas à primeira vista, assegurando a mais ampla efetividade à totalidade normativa da Constituição, sem que qualquer de seus vetores seja relegado ao vazio, desprovido de eficácia normativa;
- b) Somente quando a tentativa de definição dos limites próprios a cada norma fundamental se mostrar infrutífera, já que sobrepostos os respectivos âmbitos de proteção, cabe ao intérprete fazer o uso da técnica da ponderação de valores, instrumentalizada a partir do manuseio do postulado da proporcionalidade, a fim de operar concessões recíprocas, tanto quanto se faça necessário, entre os enunciados normativos em jogo, resguardado, sempre, o núcleo essencial de cada direito fundamental;
- c) Por não ser lícita a ablação da eficácia, em abstrato, das normas constitucionais, o resultado do método ponderativo há de ser o estabelecimento de uma relação de precedência condicionada entre os princípios em jogo, identificando-se o peso prevalente de uma das normas com o devido

balizamento por parâmetros (standards) interpretativos que reduzam a arbitrariedade e estimulem a controlabilidade intersubjetiva do processo decisório;

- d) As regras jurídicas não se submetem a um raciocínio ponderativo.

3. Considere o seguinte a respeito do Ministério Público:

I - A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas dentre suas funções institucionais não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei;

II - O Ministério Público abrange o Ministério Público da União (que compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) e os Ministérios Públicos dos Estados;

III - A iniciativa de lei complementar que estabeleça a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público é de atribuição exclusiva dos respectivos Chefes do Poder Executivo;

IV - São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) II e IV;
- b) I e III;
- c) III e IV;
- d) I, II e IV.

4. São bens da União:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios;
- b) Os recursos minerais, exceto os do subsolo;
- c) As ilhas costeiras que contenham a sede de Municípios;

d) As terras devolutas.

5. Indique a alternativa correta no que toca às ações constitucionais, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal:

a) O *habeas corpus* é meio processual destinado à proteção do direito de ir e vir ameaçado por ilegalidade ou abuso de poder;

b) Para o cabimento de ação popular, é exigível a menção na exordial e a prova de prejuízo material aos cofres públicos;

c) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança;

d) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.

6. NÃO é correto afirmar em relação ao Poder Judiciário:

a) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária onde tiver domicílio a outra parte;

b) Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim;

c) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário;

d) Lei poderá autorizar que as causas de competência da Justiça Federal em que forem parte instituição de previdência social e segurado possam ser processadas e julgadas na justiça estadual quando a comarca do domicílio do segurado não for sede de vara federal.;

7. Quanto às mudanças na Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) inseridas pela Lei nº 14.230/2021, de acordo com a posição do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é irretroativo, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei;

b) É necessária a comprovação de responsabilidade subjetiva para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se a presença do elemento subjetivo – dolo - apenas nos artigos 9º e 11 da LIA;

c) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior, mesmo com condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do tipo culposo;

d) A norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 - revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa - é retroativa, tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada, bem como durante o processo de execução das penas e seus incidentes.

8. É INCORRETO afirmar em relação à Lei nº 9.784/99 (Processo Administrativo Federal):

a) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando, dentre outras hipóteses, neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

b) Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação;

c) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito;

d) O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

9. Considere o seguinte no que pertine à Administração Pública, aos agentes públicos e aos poderes administrativos:

I - A autorização legislativa para criação de sociedade de economia mista pode ser dada por lei genérica;

II – De acordo com o entendimento do Supremo

Tribunal Federal, a dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada;

III - É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal;

IV - Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) I, III e IV.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todos estão corretos.

GRUPO II

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

10. NÃO é correto afirmar em relação à Lei nº 7.492/86 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional):

- a) A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal;
- b) Equipara-se à instituição financeira a pessoa natural que exerça quaisquer das atividades referidas no art. 1º da lei, ainda que de forma eventual;
- c) De acordo com a posição do Superior Tribunal de Justiça, o gerente de agência bancária não pode ser

autor do crime previsto no art. 4º da Lei n. 7.492/86 (gestão fraudulenta de instituição financeira);

d) O crime de evasão de divisas se configura com a omissão da comunicação legalmente imposta, ao Banco Central, de patrimônio no exterior, no dia 31 de dezembro do ano-base, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

11. Pode-se afirmar no tocante ao concurso de crimes:

- a) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido;
- b) No concurso de crimes, aplica-se somente uma das multas, com aumento de um sexto até metade (sistema da exasperação);
- c) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços;
- d) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

12. Indique a assertiva correta a respeito dos crimes contra a administração pública, na linha do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- a) O princípio da insignificância é aplicável, em regra, aos crimes contra a administração pública;
- b) O delito de corrupção passiva trata de crime formal, bastando para a sua consumação a prática de um dos verbos nucleares previstos no art. 317 do Código Penal;

c) Em razão da sua natureza material, necessária a constituição definitiva do crédito tributário para se poder iniciar a ação penal pela suposta prática do crime de descaminho ou contrabando;

d) O delito de corrupção ativa, por se tratar de crime material, imprescinde da efetiva obtenção da indevida vantagem para sua consumação.

13. É correto afirmar a respeito das causas excludentes de ilicitude:

a) Pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo;

b) O agente, nas hipóteses de exclusão de ilicitude, responderá apenas pelo excesso doloso;

c) Não se considera em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes;

d) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

14. Aponte a assertiva que expressa entendimento INCORRETO no tocante ao concurso de pessoas:

a) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado;

b) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade;

c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal quando elementares do crime.

15. Assinale a assertiva que apresenta o entendimento correto sobre os crimes contra a fé pública, na visão do Superior Tribunal de Justiça:

a) A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da justiça estadual;

b) Admite-se, em regra, a aplicação do princípio da insignificância ao crime de moeda falsa;

c) Para a caracterização do delito previsto no art. 297 do Código Penal (falsificação de documento público) não se exige a potencialidade lesiva do documento falsificado ou alterado.

d) Não é possível a demonstração da materialidade delitiva do crime de moeda falsa mediante a realização de laudo pericial técnico na hipótese de extravio das cédulas.

16. Indique a assertiva correta no que toca à prova no processo penal, à luz do entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

a) É lícita a prova obtida diretamente dos dados constantes de aparelho celular, decorrentes de mensagens de textos SMS, conversas por meio de programa ou aplicativos (WhatsApp), mensagens enviadas ou recebidas por meio de correio eletrônico, decorrentes de flagrante, sem prévia autorização judicial;

b) O ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito;

c) As formalidades do art. 226 do Código de Processo Penal constituem mera recomendação e, como tal, não enseja nulidade do reconhecimento de pessoa eventual descumprimento dos requisitos formais ali previstos;

d) É indispensável a realização de perícia para identificação das vozes captadas por meio de

interceptações telefônicas.

17. Está INCORRETA a seguinte alternativa no que se refere aos prazos no processo penal:

- a) Computar-se-á no prazo o dia do começo, excluindo-se, porém, o do vencimento;
- b) Nas ações que tratam de matéria penal ou processual penal não incidem as regras do artigo 219 do novo Código de Processo Civil, referente à contagem dos prazos em dias úteis, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, salvo nos casos previstos pelo CPP;
- d) Na esfera penal, não se aplica a contagem do prazo em dobro na hipótese de litisconsortes com advogados diferentes, prevista no art. 229 do Código de Processo Civil vigente, de acordo com a posição do Superior Tribunal de Justiça;

18. Aponte a assertiva que contém entendimento correto a respeito da ação penal:

- a) A denúncia ou queixa conterà a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas;
- b) Não se admite ação privada nos crimes de ação pública;
- c) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação não se transmitirá;
- d) O Ministério Público pode desistir da ação penal.

19. Acerca da competência no processo penal, é correto afirmar:

- a) Será obrigatória a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes

prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação;

- b) Não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência da vítima;

- c) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o último ato de execução;

- d) Se, não obstante a conexão ou continência, forem instaurados processos diferentes, a autoridade de jurisdição prevalente deverá avocar os processos que corram perante os outros juízes, inclusive se já estiverem com sentença definitiva.

20. É INCORRETO afirmar em relação aos recursos no processo penal:

- a) O recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor;
- b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;
- c) Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias das sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular;
- d) O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.

21. Considere o seguinte quanto ao acordo de não persecução penal, na visão do Superior Tribunal de Justiça:

I – O acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP, aplica-se a fatos ocorridos antes da Lei n. 13.964/2019, desde que não recebida a denúncia;

II – O acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código Penal, implementado pela Lei n. 13.964/2019, indica a possibilidade de realização de negócio jurídico pré-processual entre a acusação e o investigado;

III - O acordo de não persecução penal - ANPP não constitui direito subjetivo do investigado, assim pode ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto, quando considerado necessário e suficiente para reprovar e prevenir infrações penais;

IV – Não cabe ao Poder Judiciário determinar ao Ministério Público que oferte o acordo de não persecução penal.

Dentre os itens acima, está(ão) correto(s) apenas:

- a) Todos estão corretos;
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) I e IV.

GRUPO 3

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

22. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código de Processo Civil:

- a) O membro do Ministério Público será civil e diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) A retirada dos autos do cartório ou da secretaria em carga pelo Ministério Público implicará na intimação de qualquer decisão contida no processo retirado, ainda que pendente de publicação.
- c) Ao membro do Ministério Público o CPC assegura a prerrogativa de intimação pessoal, razão pela qual não poderá ser intimado por meio eletrônico, salvo em hipóteses urgentes.
- d) O rol de hipóteses de intervenção do Ministério Público, previsto no CPC, é exaustivo.

23. Assinale a alternativa correta:

- a) É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.
- b) Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir da distribuição da petição inicial.
- c) A decretação de nulidade decorrente da não participação do Ministério Público será feita de ofício pelo juiz, independentemente da intimação do próprio Ministério Público para se manifestar sobre a existência ou a inexistência de prejuízo.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

24. Assinale a alternativa correta:

- a) O CPC admite a intimação eletrônica, mas não a citação eletrônica, que será sempre feita por mandado, hora certa, correio ou edital.
- b) Pedido alternativo é aquele feito com indicação de ordem de prioridade, a fim de que o juiz conheça do posterior quando não acolher o anterior.
- c) O CPC não admite a formulação de pedido genérico.
- d) É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.

25. Assinale a alternativa que NÃO contém hipótese de inépcia da petição inicial:

- a) Petição inicial sem pedido ou causa de pedir.
- b) Petição inicial liminarmente julgada improcedente.
- c) Petição inicial com pedidos incompatíveis entre si.
- d) Petição inicial em que da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença que julgar improcedente pedido apresentado pelo Ministério Público.
- b) Haverá resolução do mérito quando o juiz homologar, por sentença, a transação.
- c) Desde o momento em que protocolada a petição inicial, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação.
- d) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) A condição juridicamente impossível, seja suspensiva ou resolutiva, invalida os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- b) As condições contraditórias invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- c) O silêncio é irrelevante jurídico, não podendo implicar em anuência na celebração de um negócio jurídico.
- d) A interpretação do negócio jurídico deve lhe atribuir o sentido que for mais benéfico à parte que redigiu o instrumento contratual.

28. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil não define o que é ato ilícito, atribuindo essa incumbência à legislação especial e aos usos e costumes.
- b) As diferenças entre os institutos da prescrição e da decadência são meramente teóricos e filosóficos, recebendo idêntico tratamento prático pelo Código Civil.
- c) Não corre a prescrição entre condôminos, durante a constância da relação condominial.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

29. Assinale a alternativa correta:

- a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, sendo-lhes dado reduzi-los até a metade ou ampliá-los até o dobro do previsto em lei.
- b) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa interrompe-se com a ocorrência do óbito, reiniciando-se integralmente a contagem contra o seu sucessor no dia seguinte à confirmação da morte.
- d) As três alternativas anteriores são incorretas.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) O Código Civil não admite a obrigação de reparar danos decorrentes de ato lícito.
- b) O Código Civil adota, como regra, a teoria da responsabilidade objetiva para disciplinar a obrigação pela reparação de danos.
- c) O absolutamente incapaz nunca responde pelos prejuízos que causar, mas sim apenas as pessoas por ele responsáveis.
- d) O direito de exigir reparação de danos e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2022 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

GABARITO

1	A	11	B
2	B	12	A
3	C	13	B
4	A	14	A
5	A	15	C
6	C	16	A
7	D	17	B
8	A	18	C
9	D	19	D
10	D	20	B



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2022 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

GABARITO

1	B	11	D
2	A	12	A
3	B	13	A
4	A	14	C
5	D	15	A
6	C	16	C
7	B	17	A
8	D	18	B
9	A	19	A
10	C	20	A



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO UNIFICADO DE 2022 PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE
NÍVEL SUPERIOR DO CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DE DIREITO

GABARITO

1	B	11	C	21	A
2	D	12	B	22	B
3	D	13	D	23	A
4	A	14	D	24	D
5	A	15	A	25	B
6	C	16	B	26	B
7	A	17	A	27	B
8	B	18	A	28	D
9	C	19	C	29	B
10	C	20	D	30	D